



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 789, DE 2021

Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre o direito à estabilidade gravídica às trabalhadoras temporárias.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre o direito à estabilidade gravídica às trabalhadoras temporárias.



SF/21956.19557-48

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o direito à estabilidade gravídica às trabalhadoras temporárias regidas pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.

Art. 2º O art. 12 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “i”:

“**Art. 12.**

.....

i) estabilidade provisória prevista na alínea “a” do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à empregada gestante e ao empregado ou empregada adotante.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal confere especial proteção à maternidade, quando a elenca como direito social (art. 6º), quando trata da previdência social e da assistência social (arts. 201, II, e 203, I) e quando confere especial proteção à família (art. 226).



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Paralelamente à proteção da maternidade está a proteção do mercado de trabalho da mulher (art. 7º, XX).

Quando o constituinte determinou a estabilidade da trabalhadora gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto (art. 10, II, *b*, ADCT), ele nada mais fez senão conciliar a proteção à maternidade com a proteção do mercado do trabalho da mulher, pois sabia da discriminação em razão da questão reprodutiva e da necessidade de se preservar um bem maior, qual seja, a vida da criança.

Não nos parece que a intenção do constituinte foi a de garantir esse direito apenas às mulheres que tinham contrato de trabalho indeterminado, pois a proteção deve ser dada a todas as pessoas que se encontrem na mesma situação (gestação ou adoção), caso contrário seria criado um fator de discriminação incompatível com o princípio da igualdade, estabelecido no art. 5º da Constituição Cidadã.

Dito isso, a Lei nº 6.019, de 1974, por ser anterior à Constituição Federal, é silente quanto à aplicação da estabilidade às trabalhadoras temporárias, o que dá margem à interpretação diversa por empresas e pelo Poder Judiciário.

Diante disso, apresentamos este Projeto de Lei com a intenção de garantir um direito que, por ordem constitucional, não pode ser limitado por um contrato de trabalho temporário.

Em face da relevância da matéria, solicitamos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação deste Projeto de Lei que ora apresentamos a esta Casa.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO



SF/21956.19557-48

LEGISLAÇÃO CITADA

- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT-1988-10-05 , Disposições Transitórias da Constituição Federal - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>

- inciso II do artigo 10

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 5º

- Lei nº 6.019, de 3 de Janeiro de 1974 - Lei do Trabalho Temporário - 6019/74

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1974;6019>

- artigo 12